



2428988



00135.221621/2019-18

**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS****ATA DE REUNIÃO**

Aos 10 dias do mês de agosto do ano de 2021, às 10h00, os seguintes membros do Comitê Interno de Governança, Riscos e Controles – CIGRC, instituído pela Portaria nº 23, de 15 de fevereiro de 2019, bem como os demais representantes de unidades do MMFDH, reuniram-se para a realização da 11ª Reunião do CIGRC: Secretária-Executiva - Tatiana Barbosa de Alvarenga; Secretária-Executiva Adjunta – Viviane Petinelli e Silva; Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno – Sérgio Nogueira Seabra; Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres – Cristiane Rodrigues Britto; Secretária Nacional da Família – Ângela Vidal Gandra da Silva Martins; Secretária Nacional da Juventude – Emilly Rayanne Coelho Silva; Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira; a Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente– Maurício Cunha; e a Secretária Nacional de Proteção Global – Mariana de Sousa Machado Neris.

Também estavam presentes o Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais – Milton Nunes Toledo Junior; a Subsecretária de Orçamento e Administração – Lorena Ferrer Cavalcanti Randal Pompeu; o Corregedor - Heder Silva e Noronha; o Consultor Jurídico - Thiago de Oliveira Gonçalves; a Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Ana Paula Nedavaska; a Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva – Suzana Dias Rabelo de Oliveira; a Coordenadora-Geral da Comissão de Anistia – Elaine Cristina Guedes Martins Della Nina; o Diretor de Projetos, Parcerias e Integração Institucional da Secretaria-Executiva – Pedro Paulo Teófilo Magalhães de Hollanda; a Diretora de Planejamento e Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva – Ana Lúcia Carvalho de Azevedo Muñoz dos Reis; o Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica, Cláudio Oliveira; a Diretora do Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa Idosa – Laura Aparecida da Silva Santos; a Coordenadora de Planejamento Setorial da Secretaria-Executiva – Josiane Lima Paiva; o Coordenador de Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva – Luís Gustavo Mello Costa; o Coordenador-Geral da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos - Wendel Benevides Matos; o Assessor Especial – Henrique Villa da Costa Ferreira; o Diretor do Departamento de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais – Rodrigo José Henriques Faria; e o Jornalista da Assessoria de Comunicação - Tadeu Pinto.

A Secretária-Executiva, Tatiana Barbosa de Alvarenga, abriu a reunião agradecendo a presença de todos e ressaltou que não se pode perder de vista os instrumentos e as ferramentas de gestão que estão à disposição para auxiliar na condução dos trabalhos do Ministério.

Em seguida, passou a palavra para a Secretária-Executiva Adjunta, Viviane Petinelli, que iniciou sua fala falando sobre a importância do Decreto nº 9.203/2017, destacando que o Ministério tem que ter liderança, foco e estratégias para alcançar os resultados para a sociedade. Citou, ainda, os pontos de pauta da reunião, a saber: monitoramento de políticas públicas, portfólio estratégico, monitoramento dos resultados dos indicadores estratégicos e Plano Plurianual (PPA), gestão de riscos de integridade e desfecho eleitoral.

A Secretária Viviane reforçou que é necessário ter, principalmente nessa reta final, controle sobre tudo que está sendo planejado e executado. Destacou, ainda, que através do monitoramento é possível avaliar

e direcionar melhor a governança das ações, não esquecendo da comunicação efetiva e estratégica para o atingimento dos objetivos.

Nesse momento, o Assessor Especial de Controle Interno, Sérgio Seabra, pediu a palavra para reforçar a mensagem da Secretária a respeito de governança e comunicação, tendo enfatizado que todas as ações do Ministério são avaliadas pelos Órgãos de Controle e que a estrutura de governança da Secretaria-Executiva neutralizou apontamentos de fragilidade do TCU e CGU, destacando a assertividade do uso dos recursos públicos pelo Ministério.

Na sequência, a Diretora de Planejamento e Gestão Estratégica, Ana Reis, deu prosseguimento à pauta, enfatizando que uma instituição é medida pela sua capacidade de governança e alertou a alta gestão do Ministério sobre a robustez das políticas públicas, principalmente para justificar a existência e a manutenção do MMFDH.

Em continuidade, apresentou para avaliação do Comitê a instituição, por meio de Portaria, de um Subcomitê de Governança, composto por um titular e um suplente de cada unidade, a fim de trabalhar de forma organizada e alinhada com um fluxo contínuo e assertivo da informação nos monitoramentos realizados pela Secretaria-Executiva e no âmbito do próprio CIGRC. A Diretora Ana Reis também apresentou o papel fundamental da Assessoria de Comunicação neste Subcomitê como ponto de controle de entregas.

Após essa apresentação, a Diretora disse que os indicadores estratégicos e o Plano Plurianual (PPA) irão passar por aprimoramentos, sendo que os indicadores serão revisados, de acordo com o alinhamento na 10ª RAE, a fim de buscar maior relação com o Portfólio Estratégico, com o valor público e com a temática. Já o PPA terá novas contribuições aos Resultados Intermediários, pois são um desdobramento das ações do Ministério e terão base nos indicadores estratégicos.

Em seguida, o Diretor de Projetos, Parcerias e Integração Institucional - DPPII, Pedro Hollanda iniciou sua fala a respeito do Portfólio Estratégico. Este reforçou que o Portfólio é um mecanismo de monitoramento e direcionamento das ações, trazendo um esforço de priorização e alinhamento na execução das iniciativas. Informou, ainda, que a gestão de portfólio está em fase de capacitação e tutoria para iniciar o novo ciclo de gestão.

Na sequência, a Diretora Ana Reis iniciou a apresentação do monitoramento dos resultados dos indicadores estratégicos e do PPA. Em relação ao resultado dos indicadores, informou que neste 2º trimestre, dos 30 indicadores monitorados, 14 tiveram a meta anual alcançada ou superada, totalizando cerca de 43%. Em seguida, foi aberta a fala para os gestores apresentarem o desempenho do indicador de suas unidades.

A Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres, Cristiane Britto, explicou que o indicador “Implementação das Casas da Mulher Brasileira” teve o mesmo resultado do ciclo antecedente e que a Casa da Mulher Brasileira de Cariacica (ES) está em fase de licitação.

A Secretária Nacional da Família, Ângela Gandra, apresentou o indicador “Número de famílias beneficiadas pelo Programa de Equilíbrio Trabalho-Família” que atingiu um resultado robusto, superando a meta e atingindo famílias em progressão geométrica. Em relação ao indicador “Número de profissionais capacitados por ações de fortalecimento de vínculos familiares”, a Secretária explicou que já foi atingida metade da meta e disse que os programas Famílias Fortes, Reconecte e Acolha a vida serão oferecidos na modalidade de ensino à distância, melhorando o desempenho desse indicador.

Em seguida, o Secretário Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, Maurício Cunha, iniciou com a apresentação do indicador “Percentual de estados participantes do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM”, tendo superado a meta. Destacou, ainda, que o PPCAAM consome a maior parte dos recursos discricionários, prevendo a implementação em 17 Estados. Além disso, informou que o indicador “Capacitações gerais SNDCA” está abaixo do previsto, pois a ENDICA não teve cursos no 1º semestre, porém serão lançados cursos novos e fóruns nacionais que capacitarão mais atores no segundo semestre de 2021. Por fim, discorreu sobre o desempenho do indicador “Conselheiros capacitados”, o qual não atingiu a meta, porém a Secretaria solicitou a revisão do indicador.

A Secretária Adjunta Viviane pediu a palavra e reforçou a importância de um novo olhar no processo de revisão pois os indicadores devem se relacionar com o portfólio estratégico.

Na sequência, a Secretária Nacional da Juventude, Emilly Coelho, apresentou a superação da meta do indicador “Número de jovens inscritos no Programa ID JOVEM” e disse que solicitou a revisão do indicador “Número de certificados emitidos para jovens no âmbito do Programa Horizontes”, pois este não reflete fielmente o trabalho da Secretaria. Comentou, ainda, sobre a dificuldade de mensurar o valor público na capacitação de gestores sobre ID JOVEM.

A Diretora do Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa Idosa, Laura Santos, disse que foi feita uma atualização, por conta do orçamento, na meta quantitativa do Programa Viver, referente ao indicador “Índice de entregas do Programa Viver - Envelhecimento Ativo e Saudável”. Em relação ao indicador “Equipagem dos Conselhos dos Direitos da Pessoa Idosa”, este superou a meta prevista, enquanto o indicador “Índice de habilitação do Fundos do Idoso” possui dificuldades pois só é possível mensurar o número de um ano para o outro. Adicionalmente à fala da Diretora Laura, a Secretária Adjunta Viviane explicou que esse mesmo tipo de análise se aplica também ao Fundo da Criança, existindo um processo moroso para alcance dos resultados.

Em seguida, o Diretor do Departamento de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais, Rodrigo Faria, falou sobre o indicador “Somatório da Adesão dos Entes Federados ao Sistema SINAPIR”, que está quase alcançando a meta e explicou que o SINAPIR possui adesão voluntária das unidades federativas e inclui a divulgação e presença no território. Em relação ao indicador “Índice de construção de cisternas para famílias quilombolas”, que é um trabalho em conjunto, através de um termo de fomento, com o Ministério da Cidadania, sendo que este termo de fomento está vencido, gerando fragilidade a este indicador.

A Secretária Nacional de Proteção Global, Mariana Neris, iniciou a apresentação dizendo que os indicadores da SNPG precisam passar por reformulação a fim de atingir uma melhor compreensão de governança. Em relação ao indicador “Quantidade total de certificados no âmbito do Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos”, este já atingiu 81% da meta proposta para o ano e a previsão é de superar a meta pois novos cursos serão divulgados. Destacou, ainda, que o indicador “Índice de interligação de maternidade a cartórios” possui dificuldade para mensurar, pois, em função da pandemia, algumas salas de registro foram fechadas, tornando difícil executar esta ação dentro das unidades de saúde. No que se refere ao indicador “Qualificação profissional e formação em direitos humanos da população LGBT”, este não possui desempenho condizente neste momento pois foi impactado por questões orçamentárias e problemas de repasse de recursos. Quanto ao indicador “Número de defensores incluídos nos Programas de Proteção Federal e Estaduais”, a Secretária informou que foi superada a meta.

Na sequência, a Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Priscilla Gaspar, comentou que o indicador “Índice de capacitação sobre direitos das pessoas com deficiência patrocinados pelo MMFDH” superou a meta já no 2º trimestre e em relação ao outro indicador da Secretaria “Artigos da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) regulamentados” também está quase com a meta cumprida. A Secretária ressaltou a respeito do projeto de lei sobre educação bilíngue para surdos.

Para apresentar os indicadores da Secretaria-Executiva a Subsecretária de Orçamento e Administração Lorena Ferrer informou sobre o indicador “Promoção de boas práticas de sustentabilidade”, já atingiu a meta prevista para o ano, ressaltando que foram feitas reformas de acessibilidade no primeiro semestre de 2021.

Em relação aos indicadores “Ações de desenvolvimento, capacitação ou treinamento” e “Ações de qualidade de vida no trabalho”, a Subsecretária explicou que são indicadores de capacitação e que devido a pandemia estas ações puderam ser virtuais, o que aumentou a possibilidade de participação e atingimento da meta.

No que se refere ao desempenho do indicador “Índice de execução orçamentária” este foi impactado pela tardia aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA, influenciando na diferença dos valores entre os dois trimestres. Por fim, sobre o indicador “Satisfação dos gestores internos em relação ao

desenvolvimento de sistemas” este não obteve adesão e, por isso, a Subsecretária sugeriu alterar o indicador para ter mais efetividade.

Posteriormente, o Diretor do Programa Abrace o Marajó, Henrique Villa, destacou que o desempenho do indicador “Programa o Marajó” superou a meta prevista para o ano, e que o Plano de Ação do Programa contém 110 ações, as quais deverão ser executadas até o final de 2022.

A coordenadora-geral da Comissão de Anistia, Elaine Della Nina, explicou, em seguida, que o indicador “Requerimentos de anistia encaminhados para análise e decisão” já ultrapassou a meta desde o último monitoramento.

Em seguida, o Assessor Internacional, Milton Toledo, ressaltou a solicitação feita para supressão do indicador “Relatórios internacionais devidos entregues no prazo”, pois há dificuldades em propor um indicador que se relacione com o Mapa Estratégico do Ministério e a função da Assessoria.

Por fim, o Coordenador-Geral da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, Wendel Benevides, destacou o desempenho do indicador “Melhoria no atendimento de chamadas do DISQUE 100/LIGUE 180”, que superou a meta anual, gerando segurança aos canais de denúncia. Em relação ao indicador “Melhoria na distribuição dos atendimentos encaminhados” este superou a meta, sendo essa melhoria importante pois significa transparência nos encaminhamentos. Por fim, em relação ao indicador “Melhoria na efetividade do monitoramento das respostas aos encaminhamentos”, este possui uma dificuldade de monitoramento pois não está sob total governança da Ouvidoria, dependendo do retorno dos parceiros que fizeram as denúncias. No entanto, ressaltou, que mesmo com essa dificuldade, o Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos, Fernando Ferreira, faz questão de manter este indicador pela sua importância.

Nesse momento, a Diretora Ana iniciou a apresentação sobre o Monitoramento do Plano Plurianual (PPA), apresentando os resultados intermediários das unidades associados aos indicadores. Ressaltou que a Secretaria Nacional da Juventude e a Secretaria Nacional da Proteção Global não possuem resultados intermediários vinculados ao PPA.

Para finalizar a apresentação, a Diretora elencou quais serão os próximos passos: assinatura da ata da reunião CIGRC, revisão dos indicadores estratégicos, revisão das ações do PPA, publicação da Portaria do Subcomitê e os próximos ciclos de monitoramento dos indicadores e das ações do PPA.

Em seguida, o Assessor Especial de Controle Interno, Sérgio Seabra, iniciou sua fala sobre Gestão de Riscos de Integridade, ressaltando que a análise de execução de emendas tem um rito legal que deve ser observado. Chamou atenção, ainda, para a complexidade na execução das emendas e concluiu a apresentação reforçando a respeito da importância dos instrumentos e instâncias de governança que incluem transparência, gestão de riscos e monitoramento dos comitês.

Dando seguimento à pauta, falou sobre Defeso Eleitoral, ressaltando que se algum servidor tem pretensão eleitoral ou vontade de se engajar em outras atividades políticas, deve exercer essa função com muita cautela ou solicitar a desvinculação do Ministério. Para orientar a respeito desse tema, o foi passada a palavra para o Consultor Jurídico Thiago Gonçalves.

O Consultor Jurídico explicou que a Advocacia Geral da União atualiza todos os anos uma cartilha que traduz as leis e norteia as ações que são permitidas e vedadas, trazendo uma margem de segurança ao agente público nesse período. Complementou dizendo que a Consultoria Jurídica está à disposição para consultas e esclarecimentos.

Por fim, a Diretora Ana Reis solicitou a confirmação da aprovação do Comitê de Governança, Riscos e Controle sobre a instituição do Subcomitê, da revisão dos Indicadores Estratégicos e do PPA.

Sendo isso, a Secretária-Executiva Tatiana Alvarenga encerrou a reunião.

TATIANA BARBOSA DE ALVARENGA

Secretária-Executiva

VIVIANE PETINELLI E SILVA

Secretária-Executiva Adjunta

SÉRGIO NOGUEIRA SEABRA

Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno

WENDEL BENEVIDES

Coordenador-Geral da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres

ÂNGELA VIDAL GANDRA DA SIVA MARTINS

Secretária Nacional da Família

MAURÍCIO CUNHA

Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

EMILLY RAYANNE COELHO SILVA

Secretária Nacional da Juventude

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

Secretária Nacional de Proteção Global

RODRIGO JOSÉ HENRIQUES FARIA

Diretor da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

PRISCILLA ROBERTA GASPARE DE OLIVEIRA

Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LAURA APARECIDA DA SILVA SANTOS

Diretora da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

MILTON NUNES TOLEDO JUNIOR

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais

ELAINE CRISTINA GUEDES MARTINS DELLA NINA

Coordenadora-Geral da Comissão de Anistia

Documento assinado eletronicamente por **Laura Aparecida da Silva Santos, Diretor(a) do Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa Idosa**, em 19/08/2021, às 15:25,



conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira, Secretário(a) Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, em 19/08/2021, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Emilly Rayanne Coelho Silva, Secretário(a) Nacional da Juventude**, em 19/08/2021, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício José Silva Cunha, Secretário(a) Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 19/08/2021, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Petinelli e Silva, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 20/08/2021, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Wendel Benevides Matos, Ouvidor(a) Nacional de Direitos Humanos, Substituto(a)**, em 20/08/2021, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Cristina Guedes Martins Della Nina, Coordenador(a)-Geral da Comissão de Anistia**, em 20/08/2021, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Rodrigues Britto, Secretário(a) Nacional de Políticas para Mulheres**, em 20/08/2021, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Barbosa de Alvarenga, Secretaria(a)-Executiva**, em 22/08/2021, às 06:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Jose Henriques de Faria, Diretor(a) do Departamento de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais**, em 23/08/2021, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nogueira Seabra, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 23/08/2021, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana de Sousa Machado Neris, Secretário(a) Nacional de Proteção Global**, em 25/08/2021, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Angela Vidal Gandra da Silva Martins, Secretária Nacional da Família**, em 25/08/2021, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Milton Nunes Toledo Junior, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais**, em 25/08/2021, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília,



com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2428988** e o código CRC **D39EED52**.

Referência: Processo nº 00135.221621/2019-18

SEI nº 2428988